

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE O BRASIL E O CHILE: A REARTICULAÇÃO DE UMA AMIZADE SUL-AMERICANA (1889-1930)

Nicélio César Tonelli

Ao longo do II Reinado no Brasil, nossas relações internacionais com o Chile foram excessivamente cordiais, não tanto em função do intercâmbio comercial, aliás bastante limitado, mas principalmente devido aos interesses geopolíticos na América do Sul, visto que a política exterior do Império e a política externa chilena viam na Argentina um fator de desequilíbrio continental, além de um foco permanente gerador de tensões. Assim, apesar das marcadas diferenças institucionais e de organização sócio-econômica existentes entre o Brasil e o Chile, estes dois países percebiam-se como “aliados naturais” para conter o “perigo” argentino, o que justificou e sustentou a mencionada cordialidade.

Entretanto, a Proclamação da República no Brasil (15/11/1889) turvou as relações bilaterais com o Chile, pois a diretriz fundamental do novo regime político brasileiro, em termos de relações internacionais, passou a estar pautado por princípios de solidariedade continental, republicanismo e pacifismo, o que implicava, também, numa maior aproximação à Argentina. Lembre-se a pressa de Quintino Bocaiúva, nosso Ministro das Relações Exteriores, em pôr fim ao litígio das Missões bem como incrementar as relações comerciais e políticas com a Argentina. Obviamente, o governo chileno ficou desconfiado e preocupado com os rumos da política exterior brasileira.

Quintino Bocaiúva, na primeira circular enviada aos governos estrangeiros, datada de 19/11/1889, esclareceu que, após explicar a mudança de regime político, o governo desejava manter a relação de amizade que existia entre os dois países, solicitando, destarte,

o reconhecimento da República dos Estados Unidos do Brasil (1). Quase um mês depois, em 13/12/1889, Juan Castellan, Ministro das Relações Exteriores de José Manuel Balmaceda (09/1886-08/1891), respondeu à circular nos seguintes termos:

“Mi gobierno concurre con el de V. E. en ele deseo de que se consercen inalterables las relaciones de amistad que hasta hoy han existido entre el Brasil y Chile, y se apresura, en consecuencia, a reconocer la forma bajo la cual deben rejirse en adelante los destinos de ese país, con el cual el mio proprio ha cultivado siempre estrechas y vigorosas simpatias”(2).

Foi nomeado como representante do Brasil em Santiago do Chile o senhor Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda, o qual informou ao governo brasileiro que o povo chileno ainda não tinha festejado o advento da República no Brasil e que apenas com sua chegada, em 06/04/1890, surgiram manifestações de amizade (3). E mais, acrescentou que o presidente Balmaceda *“acolheu com suma benevolência a cada um dos membros da legação”*, falando com entusiasmo na *“corrente de simpatia que existe entre os povos chileno e brasileiro”*, concluindo com a frase *“temos muito que conversar sobre o estado atual das nossas relações”*. Segundo os próprios dizeres de H. B. C. de Lacerda:

“se não me engano, estas palavras parecem indicar que o presidente compartilha o receio de todos os homens públicos do Chile de que, por parte do Brasil, essas relações possam deixar de ser tão estreitas como o foram até aqui. Semelhante receio é hoje tão geral que, a meu ver, só poderia desfazê-lo a palavra autorizada do Governo Provisório” (4).

Efetivamente, nota-se que a diplomacia e o governo do Chile estavam muito atentos na política exterior brasileira conduzida por Quintino Bocaiúva, o qual já em 25/01/1890 assinava o Tratado de

Montevidéu com a Argentina, partilhando o território litigioso das Missões. Certamente este ato ampliou os melindres chilenos, ainda que as cláusulas do referido tratado não tivessem sido publicadas, e ao constituir-se em indício da aproximação Brasil-Argentina gerou no Chile a impressão de um crescente isolamento na América do Sul, o qual debilitaria o país em suas reivindicações fronteiriças frente à Argentina que passaria a contar com o apoio brasileiro. H. B. C. de Lacerda parece ter se sentido impotente para dirimir suspeitas e equívocos, tanto é que procurou delicadamente sugerir uma manifestação mais direta do governo republicano brasileiro para preservar as boas relações com o Chile. Esta “manifestação” não se deu e com o passar do tempo, as dúvidas e receios se formaram diluindo-se, e para tanto muito colaborou a guerra civil chilena no começo do ano de 1891.

Não é nosso propósito analisar com profundidade a guerra civil chilena de 1891, mas tão somente traçar suas linhas gerais para que se compreenda a atuação diplomática brasileira para pôr um término na mesma. José Manuel Balmaceda elegeu-se com o beneplácito de seu antecessor ao qual serviu como Ministro das Relações Exteriores e Ministro do Interior. O Chile acabava de sair da Guerra do Pacífico (1879-1884) com o território ampliado, com novas fontes de renda e com uma posição fortalecida entre os países sul-americanos. Apesar do presidencialismo constitucional de 1833, a prática política chilena era cada vez mais parlamentarista. Todavia, nos anos da Guerra do Pacífico o papel presidencial fortaleceu-se ao lado de um favoritismo sem precedentes no que tange aos membros do Congresso, os quais se silenciaram. Balmaceda buscou manter as novas prerrogativas presidenciais, mas o contexto era distinto. Estabeleceu o sufrágio universal para reduzir o peso e a influência das oligarquias no poder político, que se expressava no congresso. Simultaneamente, preconizou a nacionalização das minas de salitre em mãos inglesas no norte do país, além de criar mecanismos de estímulo e proteção à indústria chilena.

Tais medidas elevou a tensão política interna: a elite latifundiária e mercantil cerrou suas fileiras na defesa do parlamentarismo

contra as ingerências presidenciais, contando, inclusive, com o decisivo apoio internacional britânico. Entretanto, Balmaceda conseguiu contornar a crise até o começo de 1891, mas os efeitos da crise econômica mundial da década de 1890 acirraram os ânimos e os próprios partidários do presidente se cindiram. Tentou, então, governar sem maioria e como o Congresso se recusou a aprovar o orçamento para 1891, simplesmente, promulgou por decreto o orçamento estatal para aquele ano. Era o estopim para a guerra civil. O Congresso ameaçou de elaborar uma acusação constitucional contra o presidente e este dissolveu o Congresso em represália.

Assim, a esquadra sublevou-se em 07/01/1891 no norte do país sob a chefia do capitão Jorge Montt. Os rebeldes ocuparam as províncias do norte e bloquearam as exportações salitreiras, principal fonte de renda do governo central. Os congressistas organizaram uma Junta do Gobierno paralelo, o qual contava com apoio das elites nacionais, de amplos setores das forças armadas e da Inglaterra, porém não conseguiram avançar até a capital antes de agosto de 1891 (5). Dificuldades militares ou desejo de negociação para evitar a quebra da institucionalidade e possíveis revanchismo, o fato é que a diplomacia brasileira aproveitou a ocasião para demonstrar nossa amizade ao Chile, desfazendo os receios e suspeitas antes mencionadas de modo a restabelecer o nível do relacionamento até então existente antes da Proclamação da República no Brasil, França e Estados Unidos da América, rivais da Inglaterra, somaram-se ao nosso país para servir de mediadores entre as partes litigantes.

Ricardo Cruzat, Ministro das Relações Exteriores de Balmaceda, em ofício de 02/05/1891, admitiu que o governo chileno aceitava os “bons ofícios” dos ministros do Brasil, da França e dos Estados Unidos da América para restabelecer a paz pública a partir de negociações com os partidos de oposição, tanto é que concedeu salvo-conduto e outorgou garantias pessoais a vários membros da oposição para que os referidos ministros pudessem celebrar as conferências necessárias (6). Já em 04/05/1891, reuniu-se na legação dos

Estados Unidos os representantes da oposição ao governo de Balma-
ceda, que redigiram um manifesto em que expressavam gratidão pela
medição brasileira-francesa-norte-americana para “*poner término a
la guerra civil que aflige a la República de Chile*” e “*afin de evitar a
Chile más derramamiento de sangre y más ruína*”. Esclareceu-se que
Dom Jorge Montt, chefe das forças constitucionais de mar e terra e
membro da Junta de Gobierno estabelecida nas províncias do norte,
ao ser encarregado da defesa dos foros parlamentares e do sistema
constitucional, faltaria com seu dever se não se prestasse às negocia-
ções também sugeridas pela Alemanha e Inglaterra, mas que acatava
a mediação primeiro oferecida pelos diplomatas do Brasil, da França
e dos Estados Unidos da América.

Os membros da Junta de Gobierno dirigiram-se aos minis-
tros mediadores em 05/05/1891, apresentando as condições para a
pacificação nacional. Primeiro, agradeceram “*el noble uy levantando
propósito de evitarle a nestrao país los sacrificios que la guerra
impone*”, reiterando-se votos de que a negociação tivesse espírito
patriótico e contentasse ambas as partes. Segundo, declararam que
exigências eram bastante moderadas visto o sangue derramado, os
sacrifícios e as vexações horrorosas suportadas pelos concidadãos.
Terceiro, ofereceram depôr as armas em troca do restabelecimento
pleno da constituição e das leis da república ao lado da anulação de
todas as medidas governamentais posteriores a 31/12/1890. Quarto,
anulação das eleições para Senado e a Câmara de Deputado, bem
como das eleições municipais, por considerá-las viciadas e por de-
corrência não podiam ser reconhecidas como legítimas representantes
do povo. Quinto, permitir que os Tribunais de Justiça funcionassem
imediatamente conforme as leis constitucionais. Sexto, convocação
do Congresso legítimo o mais breve possível. Sétimo, petição de ga-
rantias eficazes para a execução das exigências. Concluíram que se
suas reivindicações “*fuera desechada, la resitencia aramada quedaria
más y más justificada no sol ante nuestra conciência y ante nuestro pa-
triotismo, sino ante la opinión del mundo culto*” e que esperavam dos

ministros mediadores saber o quanto antes se o governo de Santiago aceitaria ou não submeter-se à constituição e às leis da República (8).

Os ministros mediadores na mesma ocasião manifestaram gratidão por “*los bondosos conceptos que se han designado expresar respecto a nuestros gobiernos y a sus representantes*”. Especificaram que eram imparciais e que a “*augusta missão*” de restabelecer a paz entre os dois ramos da “*nobre família chilena*” havia sido infrutífera porque o governo de Santiago informou que não daria conhecimento de suas condições sem conhecer previamente as exigências da oposição, considerando as negociações rompidas. Os mediadores lamentaram o episódio e fizeram votos para que em futuro próximo a nação chilena pudesse seguir “*de nuevo por un sendero de paz inalterable en busca de los altos destinos que la Providência le tiene reservado*” (9). Assinaram Patrick Egan pelos Estados Unidos da América, A. Defrance pela França e Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda pelo Brasil.

Ricardo Cruzat, Ministro das Relações Exteriores de Balmaçada, por seu turno, escreveu aos ministros mediadores justificando a ruptura das negociações. Agradeceu os bons ofícios exercidos em favor do restabelecimento da paz. Explicou que o governo estava disposto a ouvir as proposições dos revolucionários, mas que não era possível aceitar negociar sem o conhecimento prévio das exigências da oposição, porque implicaria no desprezo do princípio de autoridade do qual o presidente era responsável. Considerou que o presidente após escutar as reivindicações oposicionistas, poderia deliberar com “*espírito de equidad y patriótica discreción*”, única linha de conduta compatível com os deveres e princípios de ordem pública vinculados ao posto presidencial. Ao final, apesar de infrutíferas, agradeceu uma vez mais os “*bons ofícios*” prestados pelos ministros mediadores (10).

No dia 15/05/1891, à meia-noite, suspendeu-se o salvo-conduto para as negociações com os membros da Junta de Governo. H. B. C. de Lacerda enviou um ofício a Justo Leite Chermont, Ministro das Relações Exteriores do Marechal Manuel Deodoro da

Fonseca, no período de 26/02/1891 a 23/11/1981, no qual fez um retrospecto da mediação na guerra civil chilena. Afirmou prever que os “*bons officios*” brasileiros seriam infrutíferos, porque o Ministro das Relações do Chile apançou que nem ele nem o presidente Balmaceda admitiam a condição dos revoltosos de negociar sem que o governo estivesse da posse das reivindicações da oposição. H. B. C. de Lacerda insistiu que detinha as exigências dos rebeldes, mas só não poderia revelar sem primeiro conhecer as do governo de Santiago. Ricardo Cruzat adoeceu e o Ministro de Interior realizou nova entrevista com os mediadores sem nenhum resultado, pois considerava inadmissível negociar sem o conhecimento prévio das exigências da Junta de Governo. Neste meio tempo, Juan Mackenna, ex-ministro das Relações Exteriores, esclareceu que ao não apresentar as condições para a pacificação nacional, Balmaceda não pretendia romper com a mediação, a qual deveria prosseguir (11).

De fato, a proposta mediadora do Brasil-França-Estados Unidos da América não era nada maleável. Os mediadores queriam conhecer as exigências de ambos os lados e depois apresentar uma espécie de laudo arbitral que reconciliasse as partes em luta. José Manuel Balmaceda e seu Ministério, partindo do pressuposto de serem as únicas autoridades legítimas, não aceitavam uma mediação na qual teriam que se submeter em condição de igualdade aos rebeldes frente aos mediadores. Estes últimos, por sua vez, pretendiam, ao que parece, o total controle da situação, enquanto os rebeldes ficavam numa posição bastante confortável, pois a mediação evitava choques armados e, de certo modo, lhes garantia o controle das províncias do norte, desgastando economicamente, de forma gradativa, o governo de Balmaceda.

Destarte, a vitória dos rebeldes se constituiu em mera questão de tempo, sendo que a mediação tão somente contribuiu para evitar os desastres típicos de uma guerra civil. E mais, os “*bons officios*” da diplomacia brasileira-francesa-norte-americana exerceu peso decisivo em favor dos revoltosos de 07 de janeiro ao conferir-lhe um status ju-

rídico de relevância, tratando-os não como simples rebeldes, mas com as considerações próprias de um governo legítimo, além de simultaneamente deixar entrever que Balmaceda era o culpado do insucesso das negociações ao não acatar a proposta mediadora. O próprio Justo Leite Chermont lamentou que os “*bons ofícios*” da diplomacia brasileira não tiveram o efeito desejado “*devido às circunstâncias de não querer o governo chileno comunicar àqueles agentes as suas condições sem conhecer as da Junta Executiva da revolução*” (12).

De qualquer modo, a mediação evitou bom número de combates militares, mortes e desgraças humanas e materiais injustificáveis. Em fins de agosto, os rebeldes tomaram Santiago e assumiram o governo nacional. José Manuel Balmaceda, refugiado na embaixada britânica, suicidou-se em 09/09/1891. Terminava a guerra civil com a vitória dos defensores da constituição e do parlamentarismo. Os países mediadores festejaram o restabelecimento da paz e da concórdia no âmbito da “família chilena”. Os vitoriosos, por sua vez, não esqueceram dos serviços prestados pelo Brasil, pela França e pelos Estados unidos da América. O Chile desde então passou a aproximar-se mais dos norte-americanos e franceses em detrimento da Inglaterra. Quanto ao Brasil, o governo chileno gradativamente foi abandonando antigos receios e suspeitas de modo a rearticular a antiga amizade existente ao tempo do Império Brasileiro. Assim, nossa diplomacia, também, ficou aliviada ao constatar que o Chile não seria exceção no contexto americano dos países amigos do Brasil, aliás, amizade importante, pois a boa vizinhança com a Argentina não estava plenamente consolidada, ainda mais que o Congresso Brasileiro votou contra a ratificação do Tratado de Montevideú (25/01/1890), referente ao litígio das Missões, no mês de agosto de 1891.

As mensagens presidenciais enviadas anualmente ao Congresso Nacional, na sessão de abertura, são elucidativas das boas relações políticas existentes entre o Brasil e o Chile ao longo da República Velha (1889-1930). Considerando-se o caráter resumido destas mensagens e o amplo leque de países com os quais o Brasil se

relaciona torna-se, ainda, mais evidente, pois muito se menciona no Chile, o significado destas boas relações, visto o limitado intercâmbio comercial entre ambos, a não existência de fronteiras comuns e o fato real que o Chile não se constituía em potência mundial, nem de primeira ou segunda categoria, aspectos que oportunamente abordaremos. Países similares, no que tange ao caráter oligárquico dos Estados Nacionais no Brasil e no Chile, apesar das diferenças presidencialista e parlamentarista respectivamente, ambos os países desenvolveram ao longo do período em discussão, simpatias recíprocas, calcada entre outros fatores por uma amizade tradicional previamente existente.

O presidente Marechal Deodoro da Fonseca enfatizou em mensagem de 15/06/1891, no que se refere à guerra civil do Chile:

“O vivo interesse que ao Brasil tem sempre inspirado a República do Chile, hoje vítima do guerra civil, induziu-me a oferecer bons ofícios para o restabelecimento da paz e da harmonia. Foram aceitos por ambas as partes e exercidos pelo Ministro Brasileiro, em comum com os agentes diplomáticos dos Estados Unidos da América e da República Francesa; mas, com pesar vos digo, não tiveram feito desejado” (13).

O Marechal Floriano Peixoto em 18/12/1891 informou que

“Cessou a guerra civil no Chile e já foi reconhecida pelo Brasil a Junta do Governo Provisório que ali se estabeleceu. Exprimo sem dúvida os sentimentos de todos os brasileiros manifestando viva satisfação pelo restabelecimento da paz no seio daquela nação amiga” (14).

Sem sombra de dúvida, o “vivo interesse” referia-se não somente a uma possível preocupação humanitária com os rumos da guerra civil chilena, mas envolvia anseios relativos ao equilíbrio de forças na América do Sul, pois a Argentina, vizinha do Chile, poderia intervir em benefício próprio. Apesar dos esforços de Quintino Bocaiúva e seus

sucessores no Ministério das Relações Exteriores, os receios brasileiros diante dos argentinos ainda se faziam presentes. Paralelamente, o governo brasileiro não via com bons olhos as sublevações contra a ordem, mesmo porque era um regime que se implantava apresentando vários pontos de fragilidade, o que implicaria afirmar que a guerra civil no Chile poderia ter efeito multiplicador ao alentar a reação de grupos rebeldes por todo o continente. Lembre-se que o Chile foi um fiel aliado do Império Brasileiro. A “viva satisfação” de Floriano Peixoto não foi tão só pelo fim da guerra civil, mas também porque alguns fantasmas que rondavam aquela guerra ficavam exorcizados e sinalizava-se para uma retomada da amizade brasileiro-chilena. Simultaneamente, o rápido reconhecimento do novo governo do Chile visou dar sustentação e legitimidade internacional ao grupo rebelde, além do que o governo conferia-lhe maior fôlego para driblar as forças discordantes e conseguir consolidar-se na presidência. Vê-se, pois, o quanto a amizade chilena era importante para o Brasil, sendo que a recíproca nunca foi menos verdadeira.

Prudente José de Moraes apresentou-se ao Congresso Nacional, em 03/05/1896, dizendo que

“animado pelo desejo de concorrer para estreitar os laços de amizade entre as Repúblicas sul-americanas, tem o governo manifestado essas disposições sempre que lhe oferece ocasião. Nesse sentido firmou-se um protocolo com os representantes diplomáticos do Chile para a celebração de um Tratado de navegação e comércio, e inclui-se a cláusula de associar e igualmente se poderá celebrar algum ajuste comercial” (15).

Na mensagem de 03/05/1897 não se mencionou o Chile, mas na, de 03/05/1998, o presidente afirmou que

“O Chile perdeu um dos mais ilustres cidadãos, que aqui estava acreditado como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário e que, no pouco tempo que tivemos a sa-

tisfação de possuí-lo entre nós, soube granjear o respeito e a estima de todos. Esse ilustre americano era o Dr. D. Isidoro Errázuriz. A sua morte, quando podia prestar bons serviços às relações dos dois países, foi tão sentida aqui como no Chile” (16).

O presidente Manuel Ferraz de Campos Sales, em suas mensagens ao Congresso não se referiu ao Chile de modo particular. Assim, depois de 1898, a nova menção deu-se em 03/05/1904. O presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves afixou que reconheceu o governo provisório da República no Panamá simultaneamente à Argentina, ao Chile e ao México (17). Afonso Augusto Moreira Pena, em 03/05/1908, salientou a visita de navios isolados de nossa Armada aos portos chilenos de Punta Arenas, Talcahuano e Valparaíso, bem como a visita de um navio-escola do Chile ao Rio de Janeiro, alegando que a população inteira, tanto no Chile quanto no Brasil, associou-se “*espontânea e entusiasmada*” às demonstrações oficiais (18). Na mensagem do ano seguinte, Afonso A. M. Pena lembrou-se duas vezes do Chile. Primeiro, recordou que o Brasil só possuía acordos especiais de arbitramento com o Chile e a Argentina até o último ano e que seu governo procurava estabelecê-lo com outros países, conseguindo assinar outros 8 ajustes desta natureza em apenas um ano. Segundo, declarou que estava em estudo um projeto de tratado de comércio e navegação com aquele país (19).

Na mensagem de 03/05/1910 de Nilo Peçanha ao Congresso Nacional, alertou que

“(…) se nos sentimos tranquilos e seguros quanto a nós, o mesmo não sucede com algumas nações vizinhas e amigas no Pacífico, onde questões que pareciam em via de se resolverem amigavelmente tomaram de súbito o caráter agudo de um conflito ameaçador para a paz americana. Respeitando as justas suscetibilidades dos governos soberanos empenhados em aclarar agravos e obter reparações recíprocas, o do Brasil formula os votos mais cordiais

para que prevaleçam a calma e sabedoria nos espíritos perturbados pela nobre paixão do patriotismo, e ainda uma vez seja desviado do nosso continente o flagelo da guerra, sobretudo neste ano em que as duas das nossas mais adiantadas irmãs, a Argentina e o Chile, se dispõem a comemorar o primeiro centenário de sua emancipação política: mais adiante afiançou contar em que não tardasse muito a conclusão do tratado de comércio e navegação previsto com o Chile” (20).

O Marechal Hermes R. da Fonseca enviou ao Chile, conforme destacou na mensagem de 03/05/1911, em setembro de 1910, por ocasião do Centenário da Independência daquele país, uma divisão naval para prestar as devidas homenagens e fez-se representar pelo embaixador local. Paralelamente, recordou o convite feito ao Chile pelo Brasil, Argentina e Estados Unidos, para que mediasse junto ao Equador para evitar uma guerra entre o Peru e este último país, visto que os chilenos não mantinham relações diplomáticas com os peruanos (21). No ano seguinte, o mesmo presidente, no que concerne à “V Conferência Sanitária Internacional das Repúblicas Americanas”, realizada em Santiago do Chile (05 a 15/11/1910) afirmou que tinha “*grande satisfação em mencionar o obsequioso acolhimento e as constantes demonstrações de simpatia que o povo, o governo e as autoridades chilenas dispensaram aos delegados do Brasil*” e que recebia “*sempre com muito prazer todos os atos que manifestam, mesmo em assunto dessa natureza, a sólida e preciosa amizade que a opinião e os governos cultivam entre nós e o grande povo irmão que vive no Pacífico*” (22). Hermes da Fonseca, visto a contenda existente entre o México e os Estados Unidos da América, ofereceu-se, juntamente com os governos da Argentina e do Chile, para evitar uma guerra entre aqueles dois países, pois “*sinto profundamente não poder declarar que em todos (países americanos) reina a completa paz, garantidora do normal desenvolvimento e da prosperidade das nações*”. Acrescentou que devido ao incidente de Tampico “*num impulso comum de amizade pelos dois países, de zelo pela tranqüi-*

lidade e confraternidade continental, o Brasil, a Argentina e o Chile ofereceram os seus bons ofícios e os viram com prazer bem aceitos pelas duas Repúblicas interessadas”; entretanto, deixou claro que o êxito destas negociações era difícil, mas não impossível (23).

Wenceslau Brás Pereira Gomes, em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, em 03/05/1915, agradeceu, especialmente, as homenagens prestadas pelos governos da Argentina, do Chile e do Uruguai, por ocasião de sua investidura no cargo de Presidente da República. O Chile fora representado por uma embaixada especial, como bem lembrou, composta pelo corpo diplomático chileno no Brasil e pelos enviados especiais Alfredo Irarrazaval Zañartu e Emiliano Figueiroa Larraín. Recordou que a mediação Brasil-Argentina-Chile no conflito México x Estados Unidos da América produziu *“os mais completos e auspiciosos resultados”*, pois, com a assinatura do protocolo de 24/06/1914, aqueles dois países restabeleceram a paz na ordem internacional. Enfatizou que *“os intuitos do governo brasileiro, naquele emergência, não foram outro senão, ainda uma vez mais, seguir a sua tradicional política pacifista e confirmar os seus inalteráveis sentimentos de confraternidade continental”*, intuitos que não seriam distintos por parte dos governos argentino e chileno, que colaboraram naquela mediação. Por fim, salientou que o general Lauro Muller, responsável pelo Ministério das Relações Exteriores, saíra em visita oficial ao Uruguai, Argentina e Chile por *“especial convite”* recebido daqueles países (24).

Por ocasião da posse de Juan Luís Sanfuentes na Presidência da República do Chile (09/1915), Wenceslau Brás, na mensagem de 03/05/1916, alegou que o Brasil desejava *“dar novo testemunho de amizade”* àquele país, bem como de *“apreço pessoal”*, daí enviar dois embaixadores extraordinários para assistir à posse, o que era, também, uma maneira de responder à *“demonstração amistosa”* do governo chileno quando de sua investidura na presidência brasileira. Acrescentou que a visita de Lauro Muller ao Chile viera *“sem dúvida fortalecer ainda mais os sentimentos cordiais”* entre ambos os países (25). Depois de alguns anos sem referências ao Chile, este

país voltou a ser lembrado na mensagem de 03/05/1921 do presidente Epitácio da Silva Pessoa, quando este considerou o envio de uma “*missão especial*” para a posse de Arturo Alessandri Palma em 09/1920 (26). Epitácio Pessoa, na mensagem do ano seguinte, agradeceu a “*brilhante e numerosa embaixada especial, chefiada pelo Sr. Jorge Matte Gormaz, Ministro das Relações Exteriores*” do Chile, a qual visitou o Rio de Janeiro e São Paulo como retribuição à visita de Lauro Muller; o presidente afirmou que “*as demonstrações de carinho que o governo e o povo brasileiro lhe prodigalizaram traduziram bem a amizade cordial que tradicionalmente une as duas nações*” e que o Brasil renovava os “*seus mais ardentes votos*” para que o litígio peruano-chileno em torno de Tacna e Arica se resolvesse com a “*maior cordialidade*” (27).

Durante os festejos do Centenário da Independência do Brasil, o Chile se fez presente. Em mensagem ao Congresso em 03/05/1923, Artur de Silva Bernardes agradeceu à “*embaixada especial*” enviada pelo governo chileno e o presente ofertado: “*um formoso monumento, obra de distinta acolhida chilena à delegação brasileira na V Conferência Internacional Americana realizada em Santiago do Chile iniciada em março de 1923*” (28). Na mensagem de 03/05/1924, o presidente retomou o tema da V Conferência cobrindo-a de elogios, mesmo porque foi “*propiciada pela nobre nação*”, ou seja, a República do Chile (29). Artur Bernardes, conforme mensagem de 03/05/1925, não mencionou os distúrbios da política interna chilena entre setembro de 1924 em março de 1925, nem explicou devidamente a presença de Arturo Alessandri Palma no Brasil, restringindo-se a afirmar perante o Congresso que

“tivemos a honra e o prazer da visita do Sr. Arturo Alessandri (...). S. Ex. aceitou a hospedagem que lhe oferecemos nesta capital e foi, durante sua curta permanência no Brasil, cercado sempre de todas as honras de Chefe de Estado e de muito particulares homenagens, não só por parte do governo, como do povo brasileiro, que fez

ao presidente da grande nação irmã o mais entusiástico acolhimento” (30).

O Brasil enviou uma “missão especial” à posse de Emiliano Figueiroa Larraín na presidência do Chile, em dezembro de 1925, de acordo com o lembrete do presidente brasileiro ao Congresso, na mensagem de 03/05/1926 (31).

O último presidente da República Velha, Washington Luís Pereira de Souza, em suas mensagens presidenciais, não comentou nada sobre a amizade brasileira-chilena, possivelmente porque estava mais preocupado com os últimos acertos relativos às fronteiras brasileiras conduzidas por Otávio Mangabeira, Ministro das Relações Exteriores, aliás um de seus prediletos. De qualquer maneira, isto não significou que o Brasil tivesse relegado o Chile a um segundo plano, visto que as relações bilaterais prosseguiram no rumo até então seguido. A sublevação militar do coronel Carlos Ibañez del Campo, em maio de 1926, e a derrubada do presidente Emiliano Figueiroa Larraín, também, não foi referida por Washington Luís, levando-nos a crer que a mudança de presidente no Chile, por meio de um golpe militar não alterou as relações amistosas entre os dois países.

Cabe, agora, desenvolver uma análise mais profunda das relações internacionais entre o Brasil e o Chile no período em questão, visto que já apresentamos o posicionamento oficial do governo brasileiro, baseados nas mensagens anuais enviadas ao Congresso Nacional, frente ao Chile, cuja tônica principal foi a “cordial amizade”. Conforme as informações contidas nas mensagens citadas, nota-se que o Brasil mantinha grande interesse e intensa relação como o Chile, a qual ganha maior dimensão ao considerarmos o reduzido peso deste país no contexto mundial, seja em potencialidade econômica ou militar, e a inexistência de fronteiras com o Brasil. Assim, indaga-se o motivo para tamanha aproximação.

A “cordialidade” se manifestou na freqüente troca de cortesias: visita de navios de um país aos portos do outro e vice-versa; visita de

Ministros de Relações Exteriores; homenagem e “missões especiais” durante festejos comemorativos de independência, posses de presidentes; oferta de presentes; “votos” de prosperidade, etc. Poder-se-ia dizer que o Brasil mantinha “troca de cortesias ao Congresso Nacional, o que confere ainda maior prestígio ao intercâmbio diplomático brasileiro-chileno que tão somente poderia ser comparado àquele entre o Brasil e a Argentina, no mesmo período. De fato, estávamos colocando em prática os princípios de política exterior inaugurados pelo regime republicano brasileiro de paz, fraternidade republicana e americanidade. Neste sentido, a aproximação ao Chile era fundamental, visto ser o terceiro país em importância da América do Sul após o Brasil e a Argentina. E mais, o Império do Brasil conseguiu sepultá-las, mas para evitar possíveis suscetibilidades chilenas - o Chile ainda possuía litígios de fronteiras com a Argentina - diante da aproximação brasileira-argentina, sentiu ser de bom tom demonstrar ao governo chileno que a amizade do nosso país não se modificara, ao contrário, ampliara-se. Assim, devem ser entendidas as mencionadas e até exageradas “cortesias”, pois todo e qualquer tipo de propaganda sempre pode ser útil, ou seja, as mensagens presidenciais ao Congresso podiam inclusive servir de divulgação desta “amizade”, massageando a diplomacia chilena e seus representantes no Brasil.

Outro importante mecanismo de aprofundamento das relações bilaterais entre o Brasil e o Chile foi a participação conjunta na busca de soluções para problemas americanos, incluindo-se aí a Argentina. Aliás, era um meio bastante propício para clarear os desejos brasileiros de bom relacionamento com ambos os países do Conesul e até mesmo para desanuviar as possíveis tensões tradicionalmente existentes entre os argentinos e o chilenos. Destarte, a atuação conjunta dos três países no reconhecimento do governo provisório do Panamá, no litígio fronteiro amazônico do Peru e do Equador, no incidente de Tampico entre o México e os Estados Unidos da América, a ação paralela na V Conferência Internacional Americana, etc. Serviam muito bem para aprofundar o clima de paz e solidariedade americana e entre o Brasil, a Argentina e o Chile em particular, até porque tal

atuação vinha sendo bem sucedida, evitando-se a guerra em todos aqueles casos. De fato, o governo brasileiro procurou até colaborar para a reaproximação chilena-peruana, em função de episódios de 1910 com Peru e o Equador, ao mesmo tempo que chamava à razão o Chile e a Argentina para que resolvessem suas desavenças com espírito patriótico, porém em moldes civilizados, sem necessidade de recorrer-se à guerra.

É oportuno salientar que o primeiro acordo especial de arbitramento do Brasil foi assinado com o Chile (18/05/1899 com troca de ratificações em 07/03/1906), depois com a Argentina (08/09/1905 e 05/12/1908, respectivamente), e a partir da convenção com os Estados Unidos da América (23/01/1909) expandiu-se o leque destes acordos entre o Brasil e os vários países americanos e europeus. Este tipo de convenção visou a evitar a solução de qualquer possível litígio comum pelo uso da força, considerando-se que esgotadas as possibilidades de negociação direta, o arbitramento de terceiros seria o melhor meio para garantir a paz. A primazia do acordo com o Chile deveu-se provavelmente às relações já existentes entre o Brasil e o Chile, desenvolvidas em condições de respeito mútuo, facilitada ainda pela inexistência de contendas fronteiriças, pois ambos os países não tinham limites comuns. A assinatura do pacto com a Argentina de arbitramento obrigatório, por sua vez, poderia ser um exemplo e um estímulo para que o Chile e a Argentina também o assinassem entre si, o que seria um fator extra de pacificação permanente na América do Sul, aliás sob inspiração brasileira, vindo a reforçar as premissas básicas da política externa da República no Brasil: paz, fraternidade republicana e americanidade. Sob esta perspectiva, Quintino Bocaiúva, Olinto de Magalhães, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Lauro Muller nunca parecem ter discrepado ao ocuparam o Ministério das Relações Exteriores.

Manuel Ferraz de Campos Sales, em suas mensagens ao Congresso Nacional, não mencionou nunca as relações Brasil-Chile. Efetivamente, seu governo foi marcado por vários episódios internacionais como os levantes acreanos na Bolívia e o comprometimento

de lideranças brasileiras nos mesmos, problemas com a França e a Grã-Bretanha nas Guianas, e a troca de vistas presidenciais com a Argentina, o que acabou por concentrar a atenção presidencial nas mensagens. Além disto, nada de significativo aconteceu nas relações Brasil-Chile, as quais foram conservadas no mesmo nível da “mais perfeita harmonia”. Mensagens presidenciais ao Congresso não podiam ser excessivamente extensas e deveriam restringir-se aos episódios mais marcantes da atuação governamental. Neste período, faleceu o presidente chileno Frederico Errázuriz Echauren (07/1901), mesmo não referindo-se ao fato na mensagem de 03/05/1902, nomeou uma “missão especial” em Santiago, para apresentar as condolências de seu governo e assistir à posse de Germano Riesco. De qualquer modo, tanto os presidentes em exercício no Brasil quanto nossa chancelaria procederam similarmente quando da morte dos presidentes chilenos Pedro Montt (08/1910) e Elias Fernández Albano (09/1910). A única morte de personalidade chilena importante nas mensagens presidenciais a aparecer, ao menos na época enfocada, foi a do ministro plenipotenciário chileno, no Rio de Janeiro, Isidoro Errázuriz, considerado por Prudente de Moraes um “*ilustre americano*”, o qual era parente próximo do presidente Frederico Errázuriz Echauren (09/1896-07/1901), com quem o governo brasileiro mantinha um ótimo relacionamento.

Importantes personalidades chilenas vieram ao nosso país após a primeira visita de um Chefe de Estado estrangeiro ao Brasil (presidente general Júlio Argentino Roca - Argentina - 08/1899). Era o início de um intercâmbio mais próximo e direto entre as principais lideranças governamentais sul-americanas. Em 15/11/1914, na cerimônia de posse de Wenceslau Brás, por exemplo, compareceu Emiliano Figueroa Larraín, que fora presidente do Chile entre 09 e 12/1910 e voltaria a sê-lo entre 12/1925 e 05/1926. Jorge Matte Gormaz, Ministro das Relações Exteriores, visitou com grande comitiva o Rio de Janeiro e São Paulo, no ano de 1921. Entretanto, foi Arturo Alessandri Palma o primeiro Chefe de Estado do Chile a visitar o Brasil em março de 1925, sendo recebido pessoalmente por Artur Bernardes. Trata-se de

uma visita muito rápida, adiante abordaremos com mais detalhes. O Brasil, por seu turno, também enviou importantes personalidades do mundo político ao Chile. Em maio de 1915, Lauro Muller, Ministro das Relações Exteriores, fez uma visita ao governo chileno em nome de Wenceslau Brás, tendo sido recebido por Ramón Barros Luco. Por ocasião da V Conferência Internacional Americana, realizada em Santiago do Chile, começada em março de 1923, o Brasil enviou Afrânio de Mello Franco para chefiar a delegação brasileira, o qual encontrou-se com o presidente chileno Arturo Alessandri Palma, agradecendo a acolhida em nome de Artur Bernardes.

A “visita” de Arturo A. Palma, ainda que não devidamente explicada na mensagem de Artur Bernardes, pode-se até afirmar que ocorreu de surpresa, pois não estava prevista. O presidente em questão tinha sido deposto em 09/1924 por um golpe de Estado, o qual originou uma Junta Militar sob a liderança do General Luís Altamirano. A crise política era fruto basicamente da atuação presidencial diante do parlamento chileno, pois buscava agir fortalecendo o executivo, desrespeitando a constituição chilena, que era parlamentarista, além de que o país passava por uma crise econômica sem precedentes. Todavia, o novo golpe ocorreu em 01/1925 e formou-se nova Junta Militar sob a chefia do Major Carlos Ibañez del Campo. Diante da pressão da sociedade civil e de setores militares que não queriam envolvimento como poder político, associado à inexistência de um plano para solucionar as dificuldades econômicas, Ibañez del Campo resolveu chamar A. A. Palma de volta à presidência, para cumprir seu mandato, desde que se comprometesse a respeitar as decisões da Assembléia convocada. Neste meio tempo, Arturo Alessandri Palma exilava-se na Argentina e planejou ir para a Europa; dessa maneira, veio parar no Brasil e, justamente quando aqui estava, recebeu a notícia de que recuperara seu mandato presidencial, logo estava no nosso país um Chefe de Estado da noite para o dia, e com urgência de retornar ao Chile, para garantir sua posse como presidente constitucional. Sob esta perspectiva, Artur Bernardes, que até então não tomara nenhuma atitude diante dos golpes chilenos, pois a confusão era grande demais e o quadro chileno era

pouco definido, resolveu homenagear A. A. Palma, providenciando sua recepção conforme os protocolos devidos, mas o presidente chileno, de fato, só estava aguardando o momento do retorno à pátria. Assim, deu-se a primeira “visita” oficial de um Chefe de Estado do Chile ao Brasil. Obviamente, eram estas condições que levaram A. Bernardes a ser tão pouco incisivo diante do episódio na mensagem enviada ao Congresso Nacional; caso fossem outras as condições, o evento seria oficialmente, e extremamente, marcante. Outra vez mais, o Brasil foi bastante “cordial” com o governo chileno.

Um ponto de grande relevância para a compreensão da política tão amistosa entre o Brasil e o Chile é a inexistência de fronteiras comuns, o que elimina em si boa parte dos motivos tendentes a gerar tensão entre dois países. De fato, os principais problemas internacionais do Chile eram com a Argentina (disputas na Cordilheira dos Andes, na Patagônia e no Canal de Beagle), a Bolívia (país sem saída para o mar devido à ocupação chilena como decorrência da Guerra do Pacífico - 1879-1884), e o Peru (litígio em torno de Tacna e Arica, partes da Província de Tarapacá, perdidas por este país na mesma Guerra do Pacífico); simultaneamente, o domínio marítimo chileno no sul do Pacífico era indiscutível. O Brasil, por sua vez, não competia com o Chile por hegemonia neste oceano, pois era um país do Atlântico, platino e amazônico. Os possíveis problemas fronteiriços do Brasil com o Peru e a Bolívia não tinham a dimensão dos similares existentes entre o Chile e estes dois últimos países. A “questão do Acre” pesava muito menos para a Bolívia do que a perda do litoral Pacífico; e o mesmo pode-se afirmar do Peru diante da perda da Província de Tarapacá. Comparativamente, a rivalidade da Bolívia e do Peru com o Chile era muito maior do que com o Brasil. Quanto à Argentina, desde a Proclamação da República no Brasil, a aproximação era crescente. Destarte, não havia razões para o Brasil temer o Chile, o qual dificilmente se aliaria aos nossos vizinhos. O Chile, por seu turno, a princípio parecia ter se preocupado mais em colaborar na manutenção da “boa amizade” brasileira, visto que eventualmente poderia ser um aliado de seus inimigos. Na prática, a atuação da política exterior

brasileira republicana buscou, com constância, como vimos pelas mensagens, demonstrar nossos intuitos de cooperação máxima com o Chile e a Argentina, meio fundamental para manter o equilíbrio de forças na América do Sul.

Um curioso artigo aparecido na imprensa em 06/06/1890 perguntava “*pela República Argentina ou pela do Chile?*” E respondia:

“Por ambas! (...) nos parece imprudência agitar-se a opinião por assunto tão melindroso (...). O nosso principal empenho, neste momento, deve ser consertar as relações de amizade que já tínhamos com as outras Repúblicas de América do Sul (...) e procurando, por todos os meios possíveis, evitar a manifestação de preferência por esta ou aquela” (32).

Em essência, este artigo da imprensa paulista revelou com antecipação qual seria a conduta da política exterior republicana frente ao Chile e à Argentina: paz com os países sul-americanos, manutenção e aprofundamento das relações amistosas, o que efetivamente aplicou-se às relações brasileiro-chilena como vimos.

Carlos Augusto de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores no governo de Prudente de Moraes, afirmou que “*sentimentos de justiça, de lealdade, de confiança*” deveriam conduzir a política externa do Brasil, a qual era preferível a “*uma política de suposta ou possível aliança, mútua assistência ou pretenciosa proteção ao que, contrariando as leis naturais de expansão dos povos, criaria situações artificiais, efêmeras e, portanto, senão de real perigo*”. Alertou que qualquer pretensão de hegemonia na América do Sul poderia ser disputada tão somente ao nível do “*reerguimento das finanças, que exclui toda a idéia de paz armada e supõe e propósito de aproveitar os variados elementos de produção, evitando os perigos de uma só fonte de riqueza*” e afiançou que a solução dada à definição de fronteiras alheias ao Brasil em nada modificaria o rumo de nossa política exterior (33).

Em suma, C. A. de Carvalho deixou claro os rumos e objetivos da política externa do Brasil. Se a Argentina ou o Chile, principais países sul-americanos, em condições de exercer algum tipo de hegemonia, pretendiam estabelecer alguma aliança com o Brasil, no intuito de fazer a balança pender para seus lados respectivos, diante do relatório, ficariam decepcionados, visto que qualquer tipo de aliança, com sentido hegemônico, estava descartada, podendo restringir-se tão somente ao nível do desenvolvimento econômico. E mais, as “*fronteiras alheias*”, as quais se referiu o Ministro, poderiam ser aquelas do Chile e da Argentina, cuja solução não alteraria o posicionamento brasileiro, pois o Brasil não iria se imiscuir em questões que não nos dissessem respeito. Uma vez mais, ficava cristalina a proposta republicana no que tange à política exterior, e que previamente bem expressara a imprensa: “*evitar a manifestação de preferência por esta ou aquela*” República.

Comparando o Brasil, a Argentina e o Chile, um artigo paulistano trouxe os seguintes dados (34):

	População	Receita Orçamentária	Valor das Exportações
Argentina	3.500.00	8.500.000	12.000.000
Brasil	14.000.000	15.000.000	24.100.000
Chile	2.000.000	8.000.000	1.000.000

	Dívida Externa	Dívida Interna
Argentina	68.000.000	90.000.000
Brasil	80.000.000	90.000.000
Chile	9.500.000	13.500.000

Nota-se, pois, guardando-se as devidas proporções, que o Chile apresentava as melhores condições entre os três países sul-americanos, ainda que tivesse uma população muito diminuta comparada ao Brasil e à Argentina. A receita orçamentária e o valor das exportações eram similares à Argentina, que contava com quase o dobro da população chilena. Quanto às dívidas interna e externa, possuía condições bastante favoráveis. Enfim, comparando-se o Brasil e o Chile, tema central de nossos estudos, vê-se que, apesar de possuímos sete vezes mais habitantes, nosso país se apresentava num estado extremamente precário:

	Brasil	Chile
Receita Orçamentária/hab.	1,07	4,00
Valor das Exportações/hab.	1,72	5,50
Dívida Externa/hab.	5,71	4,75
Dívida Interna/hab.	6,43	6,75

De qualquer modo, os dados permitem entrever que em caso de disputa por hegemonia na América do Sul, o Chile contaria com vários elementos a seu favor. Foi curiosa a atenção conferida ao assunto das alianças e hegemonias em terras sul-americanas pelas imprensas paulistana e carioca, no período 1889-1895, período de transição da política externa brasileira e em direção à plena aplicação dos novos princípios da política exterior republicana, aliás correspondente à resolução do litígio de Missões entre o Brasil e a Argentina (35). Posteriormente, o tema entrou em declínio e a amizade brasileira à Argentina e ao Chile tornou-se preocupação central. Caminhava-se para o “Pacto do ABC” e para a aproximação crescente entre os países sul-americanos.

Ainda que não fosse explorado pelas mensagens presidenciais ao Congresso Nacional, e até mesmo como prova de que o Brasil, Argentina e Chile não disputavam nenhuma espécie de hegemonia na América do Sul, o “Pacto do ABC” constituiu-se cabalmente em instrumento que confirmava o relacionamento cada vez mais profundo

entre os três mencionados países. Aliás, a própria entrega do projeto do Tratado do ABC, por José Maria da Silva Paranhos Júnior ao ministro plenipotenciário do Chile, em 21/01/1909, para que este último o apresentasse como projeto chileno, já em si demonstrava a grande amizade que unia os governos do Brasil e o do Chile, bem como um possível receio de despertar desconfianças na Argentina por parte da chancelaria brasileira (36). Este projeto de Tratado visava “*consolidar as boas relações que felizmente existem entre elas*”. Para tanto, estabeleceu pelo artigo I: “*As altas partes contratantes declaram que existe entre elas a mais perfeita harmonia e que é seu constante anelo mantê-la e robustecê-la (...) que se encaminham a assegurar a paz e a estimular o progresso da América do Sul*”; artigo II: “*Obrigam-se a submeter a arbitramento os desacordos de qualquer natureza que ocorrem entre elas e que não tenham podido resolver-se por via diplomática (...)*”; artigo VII: “*Nenhuma das três Repúblicas contratantes poderá celebrar com uma quarta potência aliança contra outra das signatárias do presente Tratado*”; artigo IX:

“Cada uma das três altas partes contratantes obriga-se a impedir por todos os meios a seu alcance que no seu território se armem e reunam imigrados políticos ou se organizem expedições para promover ou auxiliar desordem ou guerra civis no território de alguma das outras duas ou no de qualquer Estado não signatário do presente acordo”;

Artigo X: “*No caso de insurreição contra o governo de uma das três Repúblicas contratantes, as outras não consentirão nenhuma espécie de comércio com os insurgentes (...)*”. O tratado totalizou 13 artigos e foi apresentado como o “*Feito nesta cidade de Santiago do Chile*” (37).

Assim, destacamos os trechos mais significativos do “Projeto do Tratado do ABC”. Primeiro, reconhece-se que as relações entre os três países corriam bem, escamoteando-se o litúgio fronteiriço entre Argentina e Chile, que freqüentemente gerava tensão; aliás, o próprio projeto criaria mecanismos pacíficos para que estes dois últimos paí-

ses dirimissem suas diferenças. A política externa republicana queria evitar ao máximo a eclosão de guerras na América do Sul, mesmo porque o Brasil não desejava ver-se envolvido em nenhum tipo de conflito internacional. Segundo, o arbitramento tripartite confirmaria os tratados a respeito do assunto já assinado pelo Brasil com o Chile e a Argentina, ampliando seu raio de ação. Terceiro, refutava a elaboração de alianças e a disputa por hegemonias, consolidando o equilíbrio de forças já existentes na América do Sul, onde, de fato, o Brasil ocupava um papel de destaque. Quarto, um dos aspectos de maior relevância, o “projeto” esclarecia princípios para a manutenção do *status quo* do Estado Oligárquico vigente nos três países signatários ao estabelecer a obrigação de auxílios mútuos em caso de desordens ou tentativas de sublevação contra a ordem em vigor; o fim da década de 1910 trazia em si os fatores que levariam à crise deste Estado, que já se manifestavam com intensidade crescente. Quinto, o “projeto”, ao ser chileno, poderia servir com “boa vontade” do Chile em resolver seus problemas com a Argentina sem recorrer ao uso da força, justo num momento em que a tensão entre os dois países atingia níveis desconhecidos. Em suma, o “Tratado do ABC” procurou ao máximo aproximar Brasil, Argentina e Chile, portanto, insere-se na perspectiva da “cordialidade” e do “bom relacionamento” brasileiro-chileno, tantas vezes por nós já indicado.

Cumpramos ressaltar, ainda, algumas considerações de José Maria da Silva Paranhos Júnior enquanto Ministro das Relações Exteriores do Brasil sobre o Chile. Dizia ele que a obtenção da amizade das duas maiores nações hispano-americanas da América do Sul, Argentina e Chile, daria maior liberdade de ação ao Brasil numa área em que predominavam países de língua espanhola, onde sempre houveram “antigas prevenções” contra nosso país (38). Possuíamos vários problemas fronteiriços e litígios resolvidos que deixaram cicatrizes não de todo superadas. E mais, acrescentava que o Brasil deveria aproximar-se do Chile para conter a Argentina e a capacidade deste país de influenciar os países que mantinham pendências com o Brasil (39). Efetivamente, pensava que o Brasil, o Chile e os Estados Unidos da América esta-

riam sempre mal colocados perante árbitros hispano-americanos, logo, procurando operar de acordo com a Argentina, o Chile, o México e os Estados Unidos da América, os mais importantes países do continente, muitos dos receios frente ao Brasil seriam desconsiderados (40), o que implica salientar o quanto era importante a amizade chilena para o Brasil e vice-versa, aliás, único meio para contrabalançar as forças contrárias à nossa diplomacia, porém não poderia prescindir da amizade argentina, cujo apoio era mais do que decisivo.

Um último aspecto das relações internacionais Brasil-Chile, no período em questão, é o comércio bilateral. Tradicionalmente, Brasil e Chile nunca foram economias competitivas pelos mesmos mercados mundiais. Durante a República Velha, o café e a borracha foram os nossos principais artigos de exportação, ao lado do cacau, do fumo, da cana-de-açúcar, da erva-mate e outros. A economia chilena era altamente dependente do nitrato de salitre, dominando a produção e exportação mundial deste produto; o cobre gradativamente elevou-se em importância, mas ficou abaixo do salitre; o carvão e outras explorações minerais complementavam a pauta das exportações do Chile. Destarte, compreendeu-se que Brasil e Chile nunca iriam disputar mercados internacionais, o que eliminava qualquer risco de desavenças entre os dois “amigos”. Por outro lado, o intercâmbio comercial foi bastante modesto. Vejamos:

Comércio Brasil-Chile (em libras esterlinas):

Ano	Importação	Exportação	% sobre im- portação total do Brasil	% sobre ex- portação total do Brasil
1901	--	--	--	--
1902	32.655	41.681	0,14	0,11
1903	27.896	46.470	0,11	0,13
1904	39.318	46.676	0,15	0,12
1905	41.709	72.670	0,14	0,16
1906	44.181	91.914	0,13	0,17
1907	42.003	104.662	0,10	0,01
1908	45.709	114.014	0,13	0,01
1909	36.994	149.191	0,10	0,01
1910	59.787	162.857	0,12	0,12
1911	52.034	143.798	0,10	0,01
1912	96.502	205.375	0,15	0,05
1913	83.303	179.673	0,12	0,28
1914	46.724	94.192	0,13	0,20
1915	19.823	147.390	0,07	0,27
1916	11.871	151.429	0,03	0,27
1917	21.932	150.976	0,05	0,24
1918	76.145	186.648	0,14	0,31
1919	54.226	337.127	0,07	0,26
1920	29.101	457.027	0,02	0,43
1921	8.300	104.938	0,01	0,18
1922	22.941	281.845	0,05	0,41
1923	22.152	250.782	0,04	0,34
1924	44.232	322.213	0,06	0,34
1925	95.784	511.419	0,11	0,50
1926	14.537	393.469	0,02	0,42
1927	41.647	326.678	0,05	0,37
1928	59.039	494.073	0,07	0,51
1929	55.089	436.531	0,06	0,46
1930	84.080	298.330	0,16	0,45

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil, vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1987
(Separata do Anuário Estatístico do Brasil - Ano V, 1939-1,1940), p. 77-78.

Ao longo das três primeiras décadas do século XX, notamos que o montante financeiro das trocas foi bastante limitado. Considerando-se a porcentagem da importação brasileira proveniente do Chile no cômputo geral das importações brasileiras, percebe-se que raramente ela ultrapassou a margem de 0,1%, atingiu seu ponto máximo em 1930 com 0,16%. O Brasil pouco importou do Chile porque não possuía a infra-estrutura necessária para manufaturar os minerais chilenos; neste sentido, predominou a compra de salitre para ser usado como fertilizante em terras desgastadas pelo cultivo intenso de café ou outros produtos bem como garrafas de vinho. Já as exportações brasileiras para o Chile tiveram um desempenho melhor, pois, em 1928, atingiu o recorde do período: 0,51%, que se destinaram àquele país, e a margem média destas exportações oscilou em torno de 0,25%, gerando um superávit no comércio bilateral em favor do Brasil. O Chile comprou-nos basicamente café e erva-mate, bebidas de sobremesa; não adquiria borracha porque também não tinha como manufaturá-la. Assim, dificuldades intrínsecas às estruturas primário-exportadoras dependentes dos mercados capitalistas centrais inviabilizaram um maior intercâmbio entre o Brasil e o Chile. A distância entre os principais portos brasileiros e chilenos certamente foi outro importante entrave ao desenvolvimento do comércio bilateral.

Observemos a tabela a seguir:

Comércio Brasil-Chile (em libras esterlinas):

	Importação	Exportação	Saldo p/ Brasil
1901 - 05	141.578	207.497	+ 65.919
1906 - 10	228.674	622.638	+ 393.964
1911 - 15	298.386	770.428	+ 472.042
1916 - 10	193.315	1.283.207	+ 1.089.892
1921 - 25	193.409	1.471.197	+ 1.277.788
1926 - 30	254.392	1.949.081	+ 1.694.689

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil. Vol. 1. Op. cit.

Agrupados os dados do comércio Brasil-Chile por quinquênios, percebe-se mais nitidamente que as importações brasileiras pouco cresceram entre 1901 e 1915, chegando a declinar a partir de então para retornar a elevar-se no período 1926-1930, mas sem atingir os valores de 1911-1915. No que tange às exportações do Brasil para o Chile, elas cresceram aceleradamente entre o primeiro e o segundo quinquênio do século XX, porém, apesar do ritmo variável do aumento das exportações brasileiras para o Chile, o crescimento das exportações foi uma constante. Ao final, o superávit brasileiro, no comércio bilateral com os chilenos, aprofundou-se cada vez mais, atingindo cifras exorbitantes, enquanto a importação de artigos do Chile não chegou a duplicar em valor entre 1901-1930, nossas exportações para lá elevaram-se numa proporção de 10 vezes no mesmo período. Portanto, a “amizade” chilena era mais do que oportuna para o Brasil, ainda que se considere a fraca presença do intercâmbio comercial com o Chile na economia brasileira.

Não encontramos referências a protestos chilenos diante do excessivo superávit do Brasil, possivelmente compreendiam que necessitavam do café e da erva-mate brasileiros e tinham consciência que pouco podiam oferecer para vender no nosso país, além de estarem satisfatoriamente inseridos nos mercados mundiais, por serem produtores praticamente exclusivos de salitre e cobre. O Brasil, por sua vez, sempre às voltas com a queda do preço internacional do café e com excedentes de produção no setor, não podia desprezar o mercado consumidor chileno, mesmo que pouco elástico. A erva-mate nunca encontrou amplos mercados mundiais, mas o Brasil era importante produtor desta mercadoria, cuja produção concentrava-se em estados como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul (atual), os quais dependiam em maior ou menor escala dos rendimentos desta mercadoria; o Chile era um dos pouquíssimos países não produtores da erva, sendo ao mesmo tempo um grande consumidor. Portanto, era um mercado garantido que o Brasil procurou não perder de vista para nossos excedentes ervateiros.

Assim, repensando as relações internacionais Brasil-Chile, torna-se oportuno questionar as bases da amizade e da cordialidade tão acentuada entre os dois países. Efetivamente, não foi a “tradição” imperial de amizade que garantiu a aproximação crescente Brasil-Chile durante o período em discussão. Uma possível rivalidade com a Argentina não justificaria em si o relacionamento até aqui estudado, salvo em momentos particulares como aquele do II reinado. A política exterior da República Velha, basicamente formulada por Quintino Bocaiúva, pautou-se pela fraternidade republicana, solidariedade continental e pacifismo na condução dos problemas de ordem internacional. De fato, não se tratou de uma postura hipócrita, pois o Brasil ofereceu inúmeros exemplos na época de que seguia fielmente aqueles princípios. Então, em que estava a base de sustentação desta amizade?! A venda de café e de erva-mate; a noção exata de que a paz sul-americana só seria possível mediante acordos comuns entre o Brasil, a Argentina e o Chile; o abandono da política de alianças militares; a identidade moral e política entre os segmentos oligárquicos hegemônicos em cada país; a não competição pelos mercados mundiais; o bom relacionamento comum com os Estados Unidos da América, potência mundial emergente; a inexistência de fronteiras comuns que pudessem turvar as relações bilaterais, etc.; foram os elementos de base que sustentaram a amizade e a crescente aproximação do Brasil ao Chile entre 1889 e 1930, sob uma perspectiva extremamente distinta daquela existente até aquele momento. Por outro lado, os governos do Chile e da Argentina também sentiram que era necessário alterar as antigas relações mantidas com o Brasil. Neste sentido, a Proclamação da República no Brasil (1889) foi um importante marco, bem como a vitória da corrente liberal parlamentarista no Chile (1891), para que houvesse uma rearticulação sob novos moldes de uma importante amizade internacional no conturbado contexto latino-americano que, por sua vez, contou com o beneplácito argentino.

DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA

ARQUIVO DIPLOMÁTICO DO RECONHECIMENTO DA REPÚBLICA. Brasília : Ministério das Relações Exteriores; Porto Alegre : PUC, 1989.

ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL. vol.1. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO (06/06/1890 e 28/01/1892).

MENSAGENS PRESIDENCIAIS (1891-1910). Rio de Janeiro: Typografia Progresso, 1912.

MENSAGENS PRESIDENCIAIS (1910-1914). Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

MENSAGENS PRESIDENCIAIS (1914-1918). Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1921.

MENSAGENS PRESIDENCIAIS (1918-1922). Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

MENSAGENS PRESIDENCIAIS (1922-1926). Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

MENSAGENS PRESIDENCIAIS (1926-1930). Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES de 29/07/1891 - Justo Leite Chermont. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES de 30/04/1896 - Carlos Augusto de Carvalho. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

NOTAS

- (1) “Circular do Ministério das Relações Exteriores aos governos estrangeiros - 19/11/1889”. In: *Arquivo diplomático reconhecimento da República*. Brasília : Ministério das Relações Exteriores; Porto Alegre : PUC, 1989, p.4.
- (2) “Mensagem de Juan Castellan ao Governo do Brasil - 13/12/1889”. In: *Arquivo diplomático reconhecimento da República*. Op. cit., p.73.
- (3) “Carta de H. B. C. de Lacerda ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil - 22/04/1890”. In: *Arquivo diplomático reconhecimento da República*. Op. cit., p 76.
- (4) “Carta de H. B. C. de Lacerda ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil - 19/04/1890”. In: *Arquivo diplomático reconhecimento da República*. Op. cit., p. 75.
- (5) Sobre a guerra civil de 1891 no Chile ver: DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975, p.198-199; EYZAGUIRRE, Jaime. *Historia de las instituciones políticas y sociales en Chile*. Santiago : Editorial Universitária, 1986, p.133-141; GONGORA, Mário. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*. Santiago: Editorial Universitária, 1990, p.48-72; MILLAS, Orlando. *De O’Higgins a Allende: páginas de la historia de Chile*. Madrid : Ediciones Michay, s/f, p.153-168; SADER, Emir. *Chile (1818-1990): da independência à redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.22-23; VILLALOBOS R., Sérgio. *História do Chile*. Santiago : Editorial Universitária, 1988, tomo 4, p.700-707.
- (6) “Ofício de Ricardo Cruzat aos Ministros Mediadores - 02/05/1891”. In: *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 29/07/1891*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1891, p.143-144.

- (7) “Ofício da Junta de Governo aos Ministros Mediadores - 04/05/1891”. In: *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 29/07/1891*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1891, p.144-146.
- (8) “Ofício da Junta de Governo aos Ministros Mediadores - 05/05/1891”. In: *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 29/07/1891*. Op. cit., p.146-149.
- (9) “Ofício da Junta de Governo aos Ministros Mediadores - 10/05/1891”. In: *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 29/07/1891*. Op. cit., p. 149-150.
- (10) “Ofício de Ricardo Cruzat aos Ministros Mediadores - 08/05/1891”. In: *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 29/07/1891*. Op. cit., p. 150-152.
- (11) “Ofício de H. B. C. de Lacerda a Justo Leite Chermont - 16/05/1891”. In: *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 29/07/1891*. Op. cit., p.140-143.
- (12) *Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 29/07/1891*. Op. cit., p. 19.
- (13) “Mensagem do Presidente Marechal Deodoro da Fonseca ao Congresso Nacional em 15/06/1891”. In: *Mensagens presidenciais ao Congresso Nacional (1891-1910)*. Rio de Janeiro : Typografia Progresso, 1912. p.21.
- (14) “Mensagem do Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto ao Congresso Nacional em 18/12/1891”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p.58.
- (15) “Mensagem do Presidente Prudente de Moraes Barros ao Congresso Nacional em 03/05/1896”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p.129-130.

- (16) “Mensagem do Presidente Prudente José de Moraes Barros ao Congresso Nacional em 03/05/1898”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p.174.
- (17) “Mensagem do Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves ao Congresso Nacional em 03/05/1904”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p.334.
- (18) “Mensagem do Presidente Afonso Augusto Moreira Pena ao Congresso Nacional em 03/05/1908”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p.609.
- (19) “Mensagem do Presidente Afonso Moreira Pena ao Congresso Nacional em 03/05/1909”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p.646-647.
- (20) “Mensagem do Presidente Nilo Peçanha ao Congresso Nacional em 03/05/1910”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p.688-690.
- (21) “Mensagem do Presidente Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca ao Congresso Nacional em 03/05/1911”. In: *Mensagens presidenciais (1910-1914)*. Brasília : Câmara dos Deputados, 1978, p.18-19.
- (22) “Mensagem do Presidente Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca ao Congresso Nacional em 03/05/1912”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p.84.
- (23) “Mensagem do Presidente Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca ao Congresso Nacional em 03/05/1914”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p.316-318.
- (24) “Mensagem do Presidente Wenceslau Brás Pereira Gomes ao Congresso Nacional em 03/05/1915”. In: *Mensagens presidenciais (1914-1918)*. Rio de Janeiro : Typografia do Jornal do Comércio, 1921. p.16 e 19.

- (25) “Mensagem do Presidente Wenceslau Brás Pereira Gomes ao Congresso Nacional em 03/05/1916”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p.112.
- (26) “Mensagem do Presidente Epitácio da Silva Pessoa ao Congresso Nacional em 03/05/1921”. In: *Mensagens presidenciais (1918-1922)*. Brasília : Câmara dos Deputados, 1978. p.291.
- (27) “Mensagem do Presidente Epitácio da Silva Pessoa ao Congresso Nacional em 03/05/1922”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p.416 e 420.
- (28) “Mensagem do Presidente Artur da Silva Bernardes ao Congresso Nacional em 03/05/1923”. In: *Mensagens presidenciais (1922-1926)*. Brasília : Câmara dos Deputados, 1978. p.38 e 40-41.
- (29) “Mensagem do Presidente Artur da Silva Bernardes ao Congresso Nacional em 03/05/1924”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p. 221.
- (30) “Mensagem do Presidente Artur da Silva Bernardes ao Congresso Nacional em 03/05/1925”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p. 443.
- (31) “Mensagem do Presidente Artur da Silva Bernardes ao Congresso Nacional em 03/05/1926”. In: *Mensagens presidenciais...* Op. cit., p. 632.
- (32) O Estado de São Paulo, 06/06/1890.
- (33) Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 30/04/1896. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1896. p. 3-6.
- (34) O Estado de São Paulo, 28/01/1892.
- (35) Seria conveniente a consulta aos capítulos “O aspecto geopolítico” e “Cheiro de pólvora no ar” da parte II de nossa tese de Doutorado: TONELLI, Nicélio César. *Da diplomacia à história: o litígio das*

Missões (1889-1895). São Paulo : Departamento de História, Universidade de São Paulo, abril de 1992 (fotocopiada).

- (36) LINS, Álvaro. “*Rio Branco*”. São Paulo : Cia. Ed. Nacional, 1965. p. 461.
- (37) “Projeto do Tratado do ABC”. In: LINS, A. *Op. cit.* p. 520-523.
- (38) CERVO, Luiz Amado e BUENO, Clodoaldo. “*História da política exterior do Brasil*”. São Paulo : Ática, 1992. p. 177.
- (39) “Despacho para Washington de 31/03/1906”. In: COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro : Record, 1968. p. 249-250.
- (40) “Despacho para Washington de 10/03/1906”. In: LINS, A. *Op. cit.* p. 512-514.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERVO, Luiz Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo : Ática, 1992.
- COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro : Record, 1968.
- DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.
- EYZAGUIRRE, Jaime. *História de las instituciones políticas y sociales en Chile*. Santiago : Editorial Universitária, 1986.
- GONGORA, Mário. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*. Santiago : Editorial, 1990.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo : Cia. Ed. Nacional, 1965.

MILLAS, Orlando. *De O'Higgins a Allende: páginas de la historia de Chile*. Madrid : Ediciones Michay, s/d.

SADER, Emir. *Chile (1818-1990): da independência à redemocratização*. São Paulo : Brasiliense, 1991.

TONELLI, Nicélio César. *Da diplomacia à história: o litígio das Missões (1889-1895)*. São Paulo, 1992. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo.

VILLALOBOS, Sérgio. *História de Chile. Santiago : Editorial universitaria, 1988, tomo 4*.